



I Terreiro cultural da Escola Família Agrícola de Natalândia: o papel da cultura na transformação da educação

Fabrizio Vassalli Zanelli¹; Janaína de Fátima Souza²; Danielle Rocha dos Santos³; Yasmine Chicralla Alvarez⁴

¹ Licenciado e Bacharel em Geografia. Mestre em Educação na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV. E-mail: fabrizio.zanelli@gmail.com; ² Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: janaína.fatima@ufv.br; ³ Estudante de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: danielle.rocha@ufv.br; ⁴ Estudante de Geografia na Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: yasmine.chicralla@gmail.com.

Resumo: A trajetória da educação do campo está intimamente ligada à Educação Popular, sendo que ambas se apresentam enquanto ciência, prática e movimento social. Os processos e práticas educativas da educação do campo têm se fortalecido com a agroecologia, que também se apresenta enquanto movimento, ciência e prática, trazendo aportes não apenas no campo do manejo dos agroecossistemas, mas no trabalho com a dimensão sociocultural dos povos do campo. Este resumo sistematiza a realização do I Terreiro Cultural na Escola Família Agrícola de Natalândia, uma ação conjunta entre a associação da escola e o programa de extensão *Trabalho, Juventude e Agricultura Familiar* (PROEXT/MEC/SESu), que potencializou o fortalecimento da relação entre escola – famílias - comunidade. Buscaremos analisar como esta atividade articulou temáticas como Juventude, Cultura Popular/Etnicidades e Políticas Públicas, ao passo em que trouxe contribuições importantes à nossa prática da extensão universitária.

Palavras-chaves: Educação do campo; extensão universitária; agroecologia.



1. Introdução

A educação brasileira passou por muitas transformações ao longo do século XX (SAVIANI, 2007). Parte destas transformações foi resultado da mobilização de educadores, teóricos e sociedade civil engajados na construção de novos processos e práticas pedagógicas em nosso país. Nem todas estas transformações se direcionaram a universalizar a educação e promover a ampliação do direito à educação aos brasileiros. Por isso a incidência dos movimentos sociais no debate e na reformulação da educação brasileira foi e continua sendo tão importante. A Educação Popular é um bom exemplo. Como já destacou Paludo (2006), a Educação Popular já vinha sendo praticada no Brasil desde a consolidação do Brasil república, com os anarquistas, socialistas e comunistas. A partir da prática pedagógica destes últimos, a autora identifica a gênese da Educação Popular no Brasil, e dá o exemplo dos Libertários do início do século XX, que debatiam a criação da Universidade Popular e a criação de escolas autossustentadas, orientadas pela educação integral, racional, mista e solidária. Portanto, há que destacar o início do século XX, o trabalho dos anarquistas e comunistas e, mais tarde, à luta pela escola pública como elementos fundamentais da trajetória da Educação Popular (PALUDO, 2006).

O movimento da educação popular, que ganhou forças durante meados do século XX, foi fortemente reprimido pela Ditadura Militar e caiu na clandestinidade, retornando apenas na década de 1980, quando as pressões populares pelo fim do regime militar e pela redemocratização do país se fortaleceram. Paludo (2006) destaca as ideias-força da educação popular: a indissociabilidade entre político e pedagógico; um marco antológico que entende o ser humano como construtor/portador de saberes e culturas; um marco ético que mantém o compromisso com a transformação social; uma proposta pedagógica que sintetiza criativamente a direcionalidade e a intencionalidade do ato educativo, tendo por base a problematização, o diálogo e a participação; e, por fim, uma concepção ampla de educação que envolve processos formais e não formais. Diante disto, a autora conclui que a



educação popular se constituiu “ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação” (PALUDO, 2012. p. 286).

Durante a década de 1990 a educação popular se revigora com a ação dos movimentos sociais do campo, é quando nasce a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, que mais tarde se tornaria o movimento nacional da educação do campo (MUNARIM, 2008). Este movimento se origina das críticas feitas pelos movimentos sociais do campo aos processos alienantes e excludentes que vigoravam com a educação rural:

Uma educação em que predomina uma concepção unilateral da relação cidade-campo, com difusão de valores, conhecimentos e atitudes distantes do modo de vida e da cultura da população do meio rural e que tem sido muito mais um instrumento de estímulo ao êxodo e à evasão de muitos jovens para o meio urbano. Uma educação e uma escola que, desrespeitando a realidade onde está inserida, destrói a auto-estima dos camponeses e não se coloca ao serviço de seu crescimento (SILVA, 2008. p. 106).

Ao passo em que a crítica à educação rural se fortalecia, a necessidade de criação de outra proposta de educação ganhava espaço entre os movimentos sociais do campo. Uma educação que contemplasse sua especificidade, a produção dos saberes populares e uma leitura mais aprofundada da realidade que circunda as escolas do/no campo. Em virtude disso, Caldart (2008) afirma que a educação do campo surge e se constitui em três formas: Em primeiro lugar como negatividade, ou seja, denunciando o preconceito e inferiorização sofridos pelos trabalhadores do campo, a necessidade de sair do seu lugar de origem para frequentar uma escola. Em segundo lugar como positividade, evidenciando que existe uma série de práticas de importante valor pedagógico e político em curso, que o “novo” já está nascendo no seio do projeto popular. Por fim como superação, pois pra além da mudança de currículos, metodologias e práticas educativas, a educação do campo guarda uma perspectiva de transformação social e de emancipação humana.



A educação do campo é composta por experiências diversas no Brasil. Algumas experiências se desenvolveram no Brasil a partir de um modelo europeu, como o caso das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), criadas no final da década de 1960 e as Casas Familiares Rurais (CFRs), criadas a partir de 1980. Existem também as experiências de educação do campo protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), tais como as escolas itinerantes e as escolas de assentamento, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campo, além de cursos técnicos e superiores, como é o caso das Licenciaturas em Educação do Campo. Há, portanto, uma diversidade de sujeitos na educação do campo: “agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” como assegura o Artigo 1º da Resolução Nº 2/2008 do MEC.

A Pedagogia da Alternância é um princípio que orienta grande parte das experiências de educação do campo no Brasil, tais como as experiências do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e das EFAs. Tanto o espaço escolar quanto os espaços familiar e comunitário dos educandos são compreendidos como educativos; e a busca da alternância educativa é colocar em diálogo estes dois espaços e tempos, de maneira que o mundo escolar e o território de trabalho, de vida e de cultura dos educandos possam interagir através de momentos de ensino-aprendizagem. São espaços e tempos distintos, mas que: “Falamos de limites e possibilidades para organização da educação escolar, mas muito mais do que isto, anunciam outra forma de fazer a escola, de avaliar, de relação com os conteúdos, das ferramentas de aprendizagem, da relação entre quem ensina e quem aprende” (BRASIL. MDA, PRONERA, 2006, p. 1).

Por isso, a lógica escolar na Pedagogia da Alternância integra Tempo Escola e Tempo Comunidade, e os planos e projetos de estudos são desenvolvidos compreendendo estes dois universos. Diversos instrumentos pedagógicos compõem a Pedagogia da Alternância nas EFAs, tais como Planos de Estudos, Visitas de Estudo, Intervenções Externas, Colocação em Comum, etc. Estes instrumentos



são maneiras distintas, porém complementares, de se efetivar o diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular/local. Portanto, na grande maioria das escolas do campo, as atividades extrapolam os aprendizados em salas de aula, e incorporam atividades em que a escola se abre à comunidade, investigam o território em que está inserida e interagem com seus sujeitos trabalhadores, artistas, lideranças, organizações sociais, etc.

Em nossa prática de extensão universitária, atuamos com um programa de extensão (PROEXT/MEC/SESu) denominado *Trabalho, Juventude e Agricultura Familiar* junto às EFAs de Minas Gerais. As atividades envolvem o acompanhamento pedagógico, apoio à formação de monitores (educadores) das EFAs, além da realização de Oficinas e demais atividades. Nos organizamos em seis linhas de atuação, sendo elas: 1 - Educação do Campo e Agroecologia; 2- Formação de Mestres de Estágio das EFAs; 3 - Articulações das EFAs; 4 - O trabalho como Princípio Educativo nas EFAs; 5 - Formação Docente, Educação do Campo e Pedagogia da Alternância; 6 - Juventude, Trabalho e Cultura. Viemos detectando, ao longo dos anos de trabalho com as EFAs, a necessidade de estimular a cultura popular, bem como desenvolver novos processos de partilha de conhecimentos entre escola e comunidade.

A partir destas constatações que o resumo busca analisar e sistematizar a realização do I Terreiro Cultural na EFA de Natalândia (EFAN), localizado no Assentamento Saco do Rio Preto. O município de Natalândia, assim como outros municípios de Minas Gerais vem sofrendo um processo de esvaziamento do campo e de perda de seus traços culturais regionais característicos.

2. O Terreiro Cultural da Escola Família Agrícola de Natalândia

O Terreiro Cultural foi um evento cujo propósito foi trabalhar dois temas de suma importância no debate atual da educação do campo: cultura popular e educação do campo. O evento, que aconteceu



entre 04 e 06 de Dezembro de 2015, foi uma parceria entre o Programa *Trabalho, Juventude e Agricultura Familiar*, a EFAN e a Associação Mineira de Escolas Família Agrícola (AMEFA). A parceria foi criada a partir de uma formação estadual de monitores de EFAs organizada pela AMEFA e consolidada no evento de extensão *Troca de Saberes* da UFV, organizado por diversos coletivos agroecológicos e de educação popular e do campo.

A proposta do Terreiro Cultural surge com a ideia de fortalecer o vínculo entre a EFAN e a comunidade, assim como, com as demais EFAs. O maior objetivo foi mostrar aos participantes as diversas culturas existentes e sua ligação com a realidade do campo, além da formação docente e a troca de saberes entre os estudantes da EFAN e outras EFAs. Enfatizamos que o propósito do evento foi de dar visibilidade à arte e à cultura do camponês; buscar a participação dos jovens nas atividades artísticas e culturais para que estes sejam multiplicadores(as) posteriormente; mostrar a riqueza cultural do campo e comunidade universitária; estimular a participação da juventude nos espaços de construção de políticas ligadas à sua realidade; estimular processos de qualificação dos jovens como líderes multiplicadores do saber para promover e fortalecer o protagonismo juvenil junto aos processos organizativos, produtivos, de comercialização, de mobilização de outros jovens e agricultores familiares interessados em promover sinergia e efetividade das ações que lhes convém.

O Programa de Extensão *Trabalho, Juventude e Agricultura Familiar* tem por finalidade ajudar neste processo de formação e emancipação dos jovens rurais, realizando atividades que sejam voltadas para a cultura, agroecologia e pedagogia da alternância. Portanto, a forma pela qual o Terreiro Cultural é construída permite otimizar toda a lógica destas frentes de trabalho em um evento de formação e recreação para os jovens da EFA.

Segundo a LDB 9395/96 em seu art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.



Entre as metodologias utilizadas para a realização do evento, evidenciamos que a melhor forma foi a construção coletiva entre o Programa de Extensão *Trabalho, Juventude e Agricultura Familiar-EFA-Comunidade*, por isso estivemos em constante diálogo com os representantes da Escola Família Agrícola de Natalândia (EFAN) e com os representantes da comunidade Projeto de Assentamento Saco do Rio Preto, Natalândia- MG. O terreiro cultural tem como princípio a construção do conhecimento através das trocas de saberes, a autonomia e a horizontalidade. Neste processo todos contribuem, elemento presente nos princípios e diretrizes da educação em agroecologia: “Processos de aprendizagem coletivos que promovam a auto-organização, a autogestão e o empoderamento dos sujeitos, visando o bem comum no campo e nas cidades” (SNEA, 2013).

O evento se deu a partir de alguns princípios básicos como: as atividades foram construídas de forma circular, para garantir a participação de todos; as ações deveriam buscar o empoderamento dos jovens na perspectiva do seu protagonismo e da emancipação humana, por isso eles foram envolvidos diretamente em todas as atividades como participantes na concepção, execução e avaliação.

Nessa perspectiva, a gincana propiciou principalmente para os estudantes da EFAN, a oportunidade de trazer a prática do cotidiano escolar para a comunidade e as pessoas envolvidas no terreiro, pois as atividades e metodologias da gincana foram pensadas com esse objetivo, contando com teatros, paródias e gritos de guerra que tiveram como temas geradores os elementos disponíveis na escola e seus sujeitos, possibilitando a construção da valorização da identidade local.

No primeiro dia do terreiro, buscando garantir esse princípio, ocorreu o acolhimento dos participantes e a divisão de tarefas. Além disso, houve a proposta da construção de uma gincana, que foi bem acolhida por todos, ajudando na interação dos educandos e, assim, neste mesmo dia, foram constituídas as equipes. A gincana se caracterizou com um eixo transversal que perpassa por todos os espaços do terreiro, sendo os temas orientadores a agroecologia e a arte.



O segundo dia iniciou com uma mística, momento em que a comunidade e a escola se uniram para trazer a dimensão da cultura e da realidade onde o terreiro está inserido. Em seguida foram organizadas as oficinas de folia de reis, capoeira, filtro dos sonhos, estêncil, cooperativismo e poesia. Todas ocorreram simultaneamente, onde as pessoas puderam escolher qual participar.

As oficinas ocorreram na metodologia do círculo de cultura, onde o mediador trouxe uma proposta enriquecida pelos participantes e seus saberes. Oferecidas por voluntários da comunidade, graduandos e grupos da Universidade de Federal de Viçosa (UFV) que estão articulados com a construção da Agroecologia.

A diversidade nas oficinas buscou contemplar as diferentes dimensões da construção agroecológica, as que estão direta ou indiretamente relacionadas com a agricultura, visando à realidade onde o terreiro está inserido, uma escola agrícola situada em um assentamento com maioria negra.

Ao longo de nossa ação extensionista, constatamos que em virtude das pressões e ameaças de fechamento ou de não autorização do funcionamento das novas escolas, muitas EFAs acabam deixando de lado a dimensão da cultura camponesa no cotidiano escolar e nos conteúdos disciplinares. Em direção oposta, o terreiro cultural tem representado um espaço que permite emergir outros significados da educação, especificamente dos saberes e práticas populares, que são indispensáveis no fortalecimento da educação do campo.

3. Diversidade e Etnicidades

O Terreiro Cultural da EFAN permitiu colocar em evidência as comunidades rurais do entorno de Natalândia-MG, especialmente em relação à expressão da Capoeira, uma manifestação original do povo negro brasileiro. A capoeira não apenas foi apresentada (jogada), mas durante as oficinas, os



facilitadores problematizaram as origens da capoeira, sua relação com a escravidão, com o racismo e o preconceito que ainda existe nos tempos atuais.

A presença da Folia de Reis contribuiu ainda mais para diversificar o debate sobre a cultura popular, sobre as raízes culturais camponesas do nosso povo. Procuramos não trabalhar a cultura como espetáculo, mas como fruto de hábitos e costumes cotidianos, e a Folia de Reis, ao percorrer por diversos dias várias comunidades, cria um sentimento de união e entre os foliões e as pessoas que recebem a folia, formando uma comunidade de comunidades e com isso fortalecendo vínculos regionais e familiares dos municípios. Tudo isso em meio à religiosidade popular, à esperança de um Deus que caminhava entre os pobres, sem luxos, espalhando a boa nova de fraternidade e respeito aos povos.

4. Juventude

A temática da Juventude foi eixo central do Terreiro Cultural da EFAN, tendo em vista a forte tendência de migração dos jovens do campo na atualidade e os desafios impostos às famílias, às escolas e às organizações sociais de estimular formas de permanência dos jovens no campo. Um dos grandes problemas para isto é que em muitos locais o campo é o espaço das ausências: falta espaço de lazer, falta espaço de esportes, faltam eventos culturais, faltam espaços de encontros. A juventude nas EFAs é levada a adquirir maturidade e compromisso com a realização de tarefas: das mais simples como lavar seus pratos e talheres, cuidar da limpeza dos espaços (situações que na maioria das famílias são relegadas às mulheres), passando pelo cuidado diário da horta, do pomar, dos animais, e chegando às tarefas mais complexas como organização em grêmios estudantis, espaços em que os estudantes adquirem a maturidade de participar da tomada de decisões coletivas, pautadas no consenso.



5. Políticas Públicas

Em relação às políticas públicas, o Terreiro Cultural permitiu que durante a programação fossem abordados temas como o financiamento do Estado às EFAs e outras políticas públicas relacionadas ao meio rural, especialmente aquelas ligadas à alimentação escolar: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ambos os programas podem ser acessados pelas famílias dos estudantes e os conhecimentos e práticas agroecológicas adquiridos e socializados na formação em Técnico Agropecuário da EFAN permitem que os estudantes tenham uma atuação diferenciada, seja aumentando e diversificando a sua produção familiar, seja assessorando famílias e/ou associações e cooperativas que trabalham diretamente com esta temática.

6. Educação em Agroecologia no Terreiro Cultural

A realização do Terreiro Cultural se alinha aos princípios da Educação do Campo, pois permite que a escola abra as portas para a presença da comunidade, dos grupos de cultura popular da região, dos saberes populares, do artesanato, e com isto amplie o sentido e o significado da escola, não apenas como um espaço de ensino e aprendizagem, mas estimulando para que ela se torne um catalisador e um propulsor dos processos de organização social, de resistência e de re-existência dos povos do campo, afinal:

A educação é uma prática social que tem o objetivo de contribuir, direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas e, nesse sentido, os movimentos sociais, como as práticas sócio-políticas e culturais constitutivas de sujeitos coletivos, têm uma dimensão educativa, à medida que constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas, que visam à realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano (SILVA, 2006, p. 62).



As Escolas Famílias Agrícolas vivenciam os princípios da Vida e da Diversidade à medida que trabalham em defesa de um projeto de sociedade que valorize os povos do campo em seu modo de vida, sua relação com a natureza, sua forma de trabalhar a terra, que assume formas muito distintas em Minas Gerais e no Brasil. O princípio da Complexidade também está presente à medida que não se busca uma formação tecnicista, para a formação de especialistas. Pelo contrário, as práticas educativas buscam ao máximo relacionar a formação técnica com o acesso às políticas públicas, à gestão participativa de associações e cooperativas, ao respeito à cultura local, às relações de gênero, etc. Por fim, o princípio da Transformação na conceituação e na práxis da Educação do Campo. Na introdução deste resumo destacamos que, segundo Caldart (2008), a educação do campo se constitui como negatividade, como positividade e como superação; sendo que esta última diz respeito à superação das formas de opressão e preconceito sofridos pelos povos do campo em busca de sua autonomia e emancipação.

7. Considerações finais

A realização do Terreiro Cultural na EFA de Natalândia-MG possibilitou ressignificar o espaço escolar na educação do campo, aproximando escola-comunidade, estimulando as manifestações culturais camponesas e intensificando as trocas de conhecimentos entre escola-comunidade-universidade. Temáticas como Juventude, Políticas Públicas, Cultura Popular/Etnicidades foram trabalhadas com êxito e permitiram avanços na consolidação desta experiência de educação do campo e de alternância educativa. Ao mesmo tempo, o Terreiro Cultural contribuiu significativamente para nossa prática de extensão universitária, à medida que, pra além dos conteúdos disciplinares, pudemos conhecer mais profundamente a escola como um espaço social e político, em constante relação com a comunidade e seus atores sociais. Seguimos motivados a apostar na cultura popular como um



importante instrumento no fortalecimento da educação do campo e da identidade da juventude camponesa.

Referências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n.º 9394/96, MEC, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. Manual do Pronera. Brasília, 2006.

CALDART, R. S. *Sobre Educação do Campo*. IN: SANTOS, M.A (org). Por uma educação do Campo: Campo-Políticas Públicas-Educação. 1ª Ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008. pag. 77-86.

MUNARIM, Antônio. *Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção*. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 31, 2008, Caxambu. Anais.

PALUDO, Conceição. *Da raiz/herança da educação popular à pedagogia do movimento e a educação no e do campo: Um olhar para a trajetória da educação no MST*. Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional da Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG. ANPED, 2006.

PALUDO, Conceição. *Educação Popular*. IN: CALDART, R. S.; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G.(orgs). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo, Expressão Popular, 2012. P. 282-287.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Maria do Socorro. *Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo*. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, DF: MDA, 2006. p. 60-93.

SILVA, Lourdes Helena. *Educação do Campo e Pedagogia da Alternância*. A experiência brasileira. IN: SÍSIFO. Revista de Ciências da Educação. Nº 5, Jan/Abr 2008. p.105-112.



SNEA. *I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia: Construindo Princípios e Diretrizes*. Recife: UFPE. 2013. 16p.

ANEXOS



Figura 1 - Terreiro Cultural em Natalândia 2015.



Figura 2 – Oficina sobre Capoeira.